



Organização Não Governamental de Ambiente, de Utilidade Pública

ONGA com estatuto de utilidade pública |

Associado fundador da CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente e da PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil e da CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental.

Membro de PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico Antinuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Natureza. Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR-Seas At Risk

Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS, AZÓRICA; C.A. Almada;; Marés;; PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE



Plano de Atividades Orçamento 2023

Aprovado a 21/01/2023

**João Dias Coelho
Presidente da Direção**

Lisboa, 21 de janeiro de 2023

Índice

Índice 2

I.	Objetivos e prioridades	3
II.	Resumo Executivo para 2023.....	4
III.	Quem irá fazer o quê em 2023?	7
1.	Órgãos	7
2.	Grupos/Áreas de Trabalho.....	8
	Agricultura.....	8
	Água	8
	Biodiversidade e Conservação da Natureza	8
	Consumo Sustentável	9
	Energia e clima	9
	Mobilidade e transportes	9
	Mar.....	9
3.	Projetos de educação, informação e intervenção ambiental.....	9
	Coastwatch Portugal®.....	9
	Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada.....	11
	GEOTALINE	12
	O Meu Eco-Sistema @.....	12
	TerraSeixe	12
	Renature	15
	Renature Monchique.....	16
	Renature Leiria.....	18
	Renature Estrela	19
	Invasoras.MCQ.....	20
	SUSTENTURIS.....	20
4.	Representações junto de ONG ou similares.....	21
	ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	21
	Agência Oeste Sustentável	21
	CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	21
	C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP.....	21
	CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental	21
	CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza	21
	EEB/BEE – European Environmental Bureau.....	21
	MIA – Movimento Ibérico Antinuclear	22
	Mediterranean Alliance for Wetlands	22
	PASC CC	22
	Plataforma de ONGA contra o aeroporto do Montijo.....	22
	PONG Pesca.....	22
	ProTejo	22
	Plataforma Oceano Livre.....	22
	Seas At Risk	22
5.	Representações em Organismos.....	23
	Conselho Nacional da Água (CNA)	23
	Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*).....	23
	Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*).....	23
	Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*).....	23
	Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*).....	23
	Comissão de Cogestão do Parque Natural de Sintra Cascais (*).....	23
	Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT).....	23
	CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*).....	23
	Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação	23
	Conselho Superior de Obras Públicas.....	23
6.	Funcionamento e logística	24
	Secretariado e apoio técnico	24
	Acolhimento de voluntários	24
	Equipamento e Software	24
	Serviços externos.....	24
	Plano de Formação.....	25
	Sede (obras e manutenção).....	25
	Condomínio.....	25
	Orçamento 2023.....	26

I. Objetivos e prioridades

O Objetivos e Prioridades para 2023 seguem os do mandato dos órgãos sociais eleitos a 30 de setembro de 2022:

1) Reajustar a estrutura do GEOTA, modernizando e renovando-a com novos colaboradores voluntários ou integrados nos projetos, permitindo um melhor enquadramento com a Universidade, a Juventude e a Cidadania Ativa. O objetivo e trabalho interno o qual será dirigido para buscar uma maior eficiência e trabalho de equipa. Apostar nas equipas e colaboradores remunerados sempre que adequado, não só potenciando um equilíbrio salarial consonante com a realidade do GEOTA, assente no desenvolvimento de projetos financiados, como tendo presente os objetivos atingidos, competências próprias e habilitações.

É com base na satisfação e crescimento profissional dos colaboradores e com métodos de gestão adequados que teremos uma organização mais eficiente e eficaz. Há que atender-se às condições e meios existentes, potenciando a sua melhoria, resolvendo casos pendentes (instalações na "Alta de Lisboa" e do CEEET Paul de Tornada /CMCR) bem como obtendo uma boa relação entre trabalho presencial e trabalho à distância, isto no trabalho diário como nas reuniões de grupo ou órgãos sociais, onde a opção por reuniões "híbridas" (presencial versus zoom) resulta por regra. As reuniões e/ou ações periódicas para discussão de ideias e convívio têm de ser potenciadas visando um melhor conhecimento, colaboração e bom ambiente entre toda(o)s, particularmente após este período pandémico.

2) Criar procedimentos internos para uma discussão de estratégias e participação dos associados; sejam efetivos ou aderentes, no sentido de ampliar a participação associativa interna. As ideias devem ser debatidas de forma alargada, privilegiando encontros temáticos que envolvam os associados nas decisões e orientações tomadas pelo GEOTA, e promovendo a sua afirmação pública de forma assertiva, procurando ouvir a sociedade e ter receptividade na população, juventude, setores de atividade e nos decisores políticos. Desenvolver ações direcionadas a grupos de jovens com interesse nas questões ambientais que têm surgido no país nos últimos anos, no sentido de captar esta dinâmica para a associação e seus projetos;

3) Dinamizar os grupos de trabalho por áreas temática e orientados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Água, Agricultura, Energia, Resíduos, Ordenamento do Território, Habitação e Urbanismo, Mobilidade e Transportes, Turismo e Sustentabilidade Ambiental, Mar, Justiça Social, Clima e Alterações Climáticas, (entre outros ou reajustando os existentes) com um coordenador que será porta-voz (em regime rotativo ou não) por cada grupo que tem assento na Direção do GEOTA e promover a representação interna e externa do grupo sempre que necessário, sem embargo das representações institucionais do GEOTA.

4) Manter e aumentar projetos de interesse público, devidamente financiados (exigindo para tal a abertura do Fundo Ambiental às ONGA's) e promover e ativar os protocolos existentes, designadamente com Municípios. Os desenvolvimentos de protocolos de colaboração devem possuir objetivos mensuráveis, períodos de execução e financiamentos previstos, potenciando ações em cooperação ou candidaturas conjuntas, quando envolver ações e recursos de maior dimensão que dificultam a ação e meios próprios.

5) Reativar o "VERDE" (antiga e histórica revista do GEOTA) em formato digital, mas mais simplificada, com periodicidade semestral, que sirva ou funcione como publicação e divulgação dos trabalhos dos grupos temáticos do GEOTA e reflexões de associados que produzam pensamento, incluindo teses apresentadas e que relevem positivamente a organização. A comunicação terá que ser concentrada na imagem do GEOTA, que nunca poderá ser subalternizado com a de qualquer projeto em curso.

No sentido de melhorar e enriquecer a imagem e comunicação com os associados haverá uma "NEWSLETTER" periódica, articulada com as atividades do GEOTA e seus projetos para divulgação. No conceito de defesa da imagem GEOTA, será feito um esforço para unir ou criar uma articulação estruturada para os 3 sites ("RENATURE" e "RIOS LIVRES" e "COASTWATCH") num único e permitindo aos grupos desenvolverem dinâmicas próprias, publicando eletronicamente as suas ideias e ações, relacionadas com idênticas participações nas diversas redes sociais;

6) Aumentar e melhorar a participação cívica e pública do GEOTA e promover debates públicos de "Causas Nacionais" envolvendo Ordens Profissionais e outras organizações cívicas. Estas iniciativas devem igualmente visar o "Debate Público" sobre as principais políticas públicas, acompanhando outras organizações como a SEDES, a PASC, que sirvam de plataformas colaborativas para a afirmação das políticas sustentáveis, a afirmação estratégica do PACTO ECOLÓGICO EUROPEU, defesa do Acordo de Paris, a Reforma da PAC, e as Diretivas europeias em vigor, uma abordagem séria do conceito de "Energia Limpa e Verde", com base na estratégia das energias renováveis e do desenvolvimento sustentável assente numa Economia Circular.

7) Internacionalizar a Organização com parcerias junto do EEB e outras organizações de interesse nas políticas globais e europeias, bem como com organizações parceiras da CPLP, desde já com o Brasil, Cabo Verde e Guiné Bissau, onde

existem contactos. O trabalho existente já nas plataformas nacionais será para reforçar, caso da C6, PROTEJO, CIDAMB, entre outras, e um esforço para dar uma clarificação futura à CPADA.

8) Criar um Conselho Científico para integrar diversos dos nossos associados fundadores e não só! Produção de “pensamento”, atualização de temas e discussão de ideias, apreciar alterações legislativas e projetos relacionados com o ambiente e o desenvolvimento sustentável para decisão conjunta com a Direção do GEOTA.

9) Apostar nas representações institucionais, bem como na atividade do CIDAMB, - Cidadania Ambiental -recém ativado para ações de intervenção jurídica e formativa, bem como em parcerias de discussão pública: caso de investimentos públicos (PRR e fundos públicos). O CIDAM (Com base no GEOTA, LPN e QUERCUS, já em processo de alargamento a ONGAs), será um meio de intervenção importante ajudando cidadãos e ONGs sem apoio a sentirem suporte e ajuda nas ações e interposições jurídicas necessárias.

10) Ponderar alterações estatutárias para que a estrutura do GEOTA seja mais profissional e moderna, mantendo o voluntariado como base de motivação cidadã, propor a criação de um Conselho Científico e Estratégico para aproveitar competências dos associados. Na estrutura do GEOTA os colaboradores associados profissionais não integram os órgãos sociais executivos, evitando conflitos de interesse. Os mandatos deverão ser limitados e promover a sua regeneração. Ajustar o GEOTA a uma nova realidade do século XXI e em 2022, perspetivando a possibilidade de alargamento do seu âmbito ou cooperação para ONGA(D) como parceria para o desenvolvimento e cooperação no mundo global e de língua portuguesa.

II. Resumo Executivo para 2023

Espera-se que 2023 apresente algumas das tendências que marcaram os anos anteriores e que prevemos que venham a marcar a agenda política de ambiente, nomeadamente:

- Aumento da frequência de eventos climáticos extremos que afetem o território nacional e internacional, onde se podem alternar situações prolongadas de seca severa a extrema em todo o território por períodos longos e surtos episódicos e localmente muito destrutivos de grande pluviosidade, vento e agitação marítima;
- Forte desagravamento face à pandemia COVID-19, com alguma incerteza decorrente da recente explosão do número de novas infeções e fatalidades na China com risco acrescido do surgimento de novas variantes, surgimento de outras epidemias resultantes da redução de imunidades nas pessoas maior vulnerabilidade com os impactos no Sistema Nacional de Saúde e dos serviços de emergência e noutros problemas de saúde da população, bem como na economia;
- Crise civilizacional das novas migrações e aumento de pressão nas fronteiras, de migrantes provenientes de países em desenvolvimento, nomeadamente, no norte de África e sul dos EUA e México e leste da Europa, esta última devido ao conflito na Ucrânia, agravando tensões regionais pré-existentes;
- Crise energética, alimentar e de matérias-primas essenciais exacerbadas pelas sanções económicas à Federação Russa e à guerra na Ucrânia. A crise das matérias-primas e produtos energéticos que já se verificava anteriormente, veio a intensificar-se a nível mundial, com efeito dominó na cadeia de abastecimentos, explicada, em parte, por desequilíbrios nos fluxos comerciais, face às disrupções causadas pela pandemia e à guerra na Ucrânia. Os impactes estão e irão sentir-se na indústria e no índice de preços ao consumidor, com aumento da ordem de 22% face a período homólogo anterior e a uma maior pressão sobre as empresas e as famílias mais vulneráveis do ponto de vista económico e social, bem como a um aumento da inflação generalizado na Europa, que praticamente anula os efeitos da recuperação económica pós-covid. Espera-se a aceleração dos processos de transição energética em todos os setores económicos, como resposta à crise energética e à emergência climática, sendo que o GEOTA continuará a acompanhar este assunto
- Atrasos e dificuldades na aplicação do apoio extraordinário da EU em resposta à crise económica provocada pela covid 19, principalmente consubstanciado no Plano de Recuperação e Resiliência;
- Acordos da Política Agrícola Comum (PAC) e planos estratégicos nacionais (PEPAC) aprovados, com uma posição forte das ONGA nacionais e europeias;
- Continuação do processo de municipalização de responsabilidades do Estado, na sequência da aplicação da Lei 50/2018 e diplomas complementares, receando-se as consequências negativas que poderão derivar da falta do enquadramento adequado, insuficiente avaliação de impactes e dum processo de regionalização nem sequer anunciado;
- Descentralização da gestão de áreas protegidas nas CCDR, desinvestimento na gestão das instituições com fortes responsabilidades de proteção e gestão dos valores naturais, com aumento da pressão e das ameaças à natureza e biodiversidade terrestre e aquática, com responsabilização crescente das autoridades locais em processos de cogestão de áreas protegidas, aspetos que continuam a recolher críticas por parte das ONGA;

- Remoção de importantes salvaguardas ambientais e redução da participação pública devido à simplificação dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental e de licenciamento ambiental – Simplex Ambiental - numa panóplia de projetos com potenciais impactos significativos no ambiente e sociedade;
- O ano de 2023 poderá trazer também alguns resultados do trabalho da Comissão Técnica Independente do novo aeroporto, em termos de avaliação ambiental estratégica de localizações para a nova infraestrutura aeroportuária, sendo que o GEOTA continua a acompanhar atentamente este dossier;
- Pressão das novas metas europeias e do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos para os resíduos urbanos e industriais.

O desenvolvimento recente das aplicações de videoconferência proporcionado pelo confinamento generalizado da pandemia covid 19 facilitou a que muitos eventos promovidos por diversas organizações, incluindo pelo GEOTA, passassem a ser realizados em teleconferências e seminários online, com vantagens ao nível da redução de custos e da disponibilização de recursos técnicos e no alcance da audiência. O teletrabalho e as reuniões em teleconferência tornaram-se norma para muitos agentes económicos e também para as ONGA. Espera-se que essas tendências disruptivas continuem, em 2023, pese embora que já se observem muitos eventos presenciais ou mistos.

Segundo as previsões do cenário macroeconómico do FMI para 2023 a economia portuguesa deverá crescer 0,7%, com uma subida de 7,9% nos preços no consumidor, o ano de 2023 deverá ter uma taxa de inflação de 4,7%

Conservação da Natureza: As Organizações Não Governamentais de Ambiente continuam a fazer, como fazem há muito, um esforço substantivo na conservação e proteção da nossa biodiversidade, na vigilância e denúncia dos maus atos de gestão ou dos danos causados à natureza por intervenções, quantas vezes, à margem da Lei, como ainda procuram atrair recursos financeiros para conservação da natureza, seja através, sobretudo, de fundos comunitários, seja de algum mecenato privado e empresarial. Neste contexto, as ONGA fazem um verdadeiro trabalho de serviço público, pouco reconhecido, substituindo-se muitas vezes ao Estado na defesa e promoção da Rede Natura, desenvolvendo a sua atividade em vastas áreas do território, sobretudo do território integrado na Rede Natura e sobre muitas das espécies com estatuto público de proteção.

Vamos manter a colaboração na Plataforma C6 para o Ambiente e Natureza (GEOTA, LPN, QUERCUS, FAPAS, SPEA, WWF), o esforço de manutenção do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, junto com a Associação PATO e as parcerias para a gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (C.M. Caldas da Rainha, ICNF, GEOTA, Associação PATO, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto).

Este ano vão continuar também os projetos Renature, na bacia hidrográfica da ribeira de Seixe, entre o Alentejo e o Algarve litorais, bem como no Pinhal de Leiria e novas atividades de renaturalização de áreas ardidadas para a Serra da Estrela.

É indispensável questionar as orientações da tutela para a descentralização de competências nas CCDR e subalternização do ICNF para a gestão da conservação da natureza pelas consequências a médio e longo prazo que podem advir.

Energia e clima: Este é um sector crítico para tornar a economia mais competitiva e simultaneamente reduzir os custos para famílias e empresas e os danos ambientais. A Energia e o Clima encontram-se relacionados, no sentido em que visam, entre outros, promover uma política energética nacional mais eficiente e custo-eficaz.

Mineração: continua a manifestar-se a tendência verificada em anos anteriores de uma cada vez maior pressão para que sejam licenciadas novas explorações mineiras, especialmente relacionadas com a extração de lítio e outras matérias-primas.

Nuclear: profundamente ligado ao tema e setor da energia, da mineração e ao dos resíduos industriais perigosos, o tema ganhou grande relevância no final de 2016 e início de 2017, com os repetidos acidentes verificados na Central Nuclear de Almaraz, a intenção do Governo Espanhol em prolongar o funcionamento dessa instalação até 2028 e de instalar um depósito de resíduos radioativos nessa localização, a 100 km da fronteira portuguesa. Isto, apesar do anunciado abandono do programa nuclear espanhol em 2035. Mesmo que se verifique, o desmantelamento dessas instalações demorará décadas e irá gerar resíduos perigosos de alta atividade que necessitam de instalações especiais de tratamento e destino final de muito longo prazo. São assuntos que merecem o nosso acompanhamento.

Ordenamento do Território e Mobilidade: O desinvestimento do Estado no setor dos transportes tem levado à degradação do material circulante, dos serviços e ao aumento da insatisfação com os transportes e outros serviços públicos, situação que se agravou com os novos passes metropolitanos Navegante e Andante em situação pré-pandemia. As promessas de investimento situam-se em horizontes temporais demasiado alargados para darem resposta aos problemas de mobilidade do quotidiano dentro das nossas cidades e entre elas. Principalmente, tem faltado um olhar e uma doutrina integradora e abrangente a uma problemática que é, por natureza multidimensional, sectorialmente e corretamente gerível apenas com uma abordagem multiescala. Na situação de retoma económica, é possível que as dificuldades anteriores se voltem a verificar. Uma nota positiva deve ser acrescentada para o

investimento em novas ciclovias em muitas cidades portuguesas e também na expansão da rede de metro em Lisboa. O GEOTA continuará atento a este setor.

Ainda no Ordenamento do Território releva-se a participação na Plataforma Dunas Livres que visa a proteção dos ecossistemas dunares da costa alentejana entre Troia e Sines face à crescente aposta turística na região e consequente construção de empreendimentos em zonas sensíveis e por vezes protegidas por lei e também a participação num grupo cívico que luta contra o empreendimento de Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa, Algarve.

Solos: A União Europeia e Portugal continuam a carecer de aprovação da Diretiva Estratégica de Solos que enquadre legalmente os passivos industriais existentes, obrigue à sua resolução e evite a sua criação. Os passivos são conhecidos bem como as técnicas de remediação, que tem sofrido uma enorme evolução nos últimos anos. Os custos de tratamento e remediação de solos e águas subterrâneas, contudo, colocam este problema de resolução de passivos ambientais no fundo das prioridades, malgrado os aspetos ambientais e de saúde pública implicados. Os projetos de exploração mineira de lítio e outros minerais, pela sua extensão territorial, pelas suas implicações ao nível das paisagens, conservação na natureza, saúde de bem-estar das comunidades no interior, normalmente as mais afetadas, vêm a agravar estas preocupações. O diploma “Solos saudáveis” – nova estratégia europeia de proteção dos solos, poderá ser um passo mais próximo da Diretiva. O GEOTA vai permanecer atento a esta temática e a procurar parcerias estratégicas que possam cimentar a sua posição, como a AECSAS-Associação Técnica para o Estudo de Contaminação de Solo e Água Subterrânea através de um protocolo estabelecido já em 2019.

Continua a tendência de aumento localizado dos resíduos – consumíveis descartáveis equivalentes a hospitalares e embalagens. Essencialmente, esta crise veio a exacerbar as diferenças políticas de governança na resposta à pandemia e ao nível económico e de desenvolvimento entre países, entre regiões nesses países, entre mais ricos e mais pobres, entre os mais informados e os mais infoexcluídos. O mundo está mais desigual e mais injusto contrariando a tendência que se vinha verificando até então na redução dos diferenciais de alguns indicadores de desenvolvimento.

Mar: Através da PONG pesca bem como com os nossos parceiros e projetos, como o Coastwatch, bem como no trabalho em rede de organizações da Academia, do ensino, do setor associativo e as autoridades locais, procuraremos cimentar a intervenção do GEOTA no acompanhamento das principais temáticas ligadas à exploração sustentável dos recursos marinhos.

Recursos hídricos e água: este dossier de estudo e trabalho é já muito antigo no GEOTA e um dos que tem recebido maior investimento na última década, quer com o trabalho nas plataformas ProTejo e Douro Vivo, com os trabalhos da equipa Rios Livres, o acompanhamento da aplicação da Diretiva Quadro da Água e da Convenção de Albufeira e com a colaboração com outras entidades e organismos como é o caso da EPAL e do Conselho Nacional da Água. Para 2023 esperamos poder apresentar novidades ao nível da remoção de barreiras fluviais e renaturalização de cursos de água em projetos pioneiros com grande impacto duradouro e sustentável no terreno.

Redes de parcerias: vai procurar desenvolver-se as redes de parcerias em projetos já tradicionais – Rede de Coordenadores Coastwatch, Paul de Tornada – e ainda desenvolver outras ao nível nacional: CPADA- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, C6-Coligação de ONGA para o Ambiente e Natureza, PASC- Plataforma de Associações da Sociedade Civil Casa da Cidadania, CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, PONG Pesca–Plataforma de ONGA para a Pesca, ProTejo, Dunas Livres, Oceano Livre; e internacional: EEB-European Environmental Bureau, SAR-Seas At Risk, bem como os novos parceiros na Mediterranean Alliance for Wetlands. O novo quadro comunitário e os financiamentos disponíveis na Europa apontam, em quase todos os casos, para projetos em rede de parceiros.

III. Quem irá fazer o quê em 2023?

1.	Órgãos	Equipa (biénio 2022/2023)		
	Assembleia Geral	Cargo	Nome de Associado/a	Nºde Associado/a
	Reunião extraordinária a 21 de janeiro de 2023 para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento	Presidente	João Miguel Dias Joanaz de Melo	17
	Reunião ordinária da Assembleia-geral em março de 2023	Vice-Presidente	Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques	20
		Secretário	Pedro Campos Rodrigues da Costa	862
		Suplente	Miguel Macias Marques Sequeira	2752
	Comissão Executiva	Presidente	João Carlos Da Silva Bastos Dias Coelho	15
	A CE reunirá, em princípio, numa base semanal, durante 2023	Vice-Presidente	Maria Isabel Lopes Moura Teixeira	753
		Vice-Presidente	Judite Isabel Cândido Fernandes	155
		Vice-Presidente	Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha	2558
		Tesoureiro	Manuel José Lucas Claro	2712
		Suplente 1	José Maria Pereira Bagorro Candeias	2666
		Suplente 2	Maria De Lurdes Martins De Serpa Carvalho	6
		Suplente 3	Rogério Ivan Rodrigues	2667
	Conselho Fiscal	Presidente	José Macário Correia	4
	Reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral e participação pontual nos outros órgãos por convite.	Vogal	Maria da Conceição da Costa Martins	57
		Vogal	Manuel Guilherme Caras Altas Duarte Pinheiro	24
		Suplente	Carlos Miguel Murta do Sacramento	2260
	Direção	Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos		
	Calendário de reuniões de Direção em 202	Representantes em organismos com estatuto de observadores.		
	<ul style="list-style-type: none"> Fev, quinta 9, 21h00, Mar, sábado, 4, 10h00 Abr, quinta, 13, 21h00 Mai, sábado, 6, 10h00 Jun, quinta, 1, 21h00 Jul, sábado, 8, 10h00 e quinta, 27, 21h00 Set, quinta, 7, 21h00 Out, sábado, 14, 10h00 Nov, Quinta, 9, 21h00 Dez, sábado, 16, 10h00 			
	Conselho Geral	Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação:		
	Prevê-se a realização de pelo menos uma reunião do órgão para discussão de estratégias para o ambiente e o movimento associativo	ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE		

2. Grupos/Áreas de Trabalho

Agricultura

Patrícia Tavares ©

Atividades previstas:

Marlene Marques

Alexandre Pereira

1. Acompanhamento da Barragem do Pisão, com a elaboração de informação ao público sobre as desvantagens do Projeto e com a promoção de um vídeo sobre os impactos da barragem na região.
2. Mitos na Agricultura - Elaboração de informação organizada nas redes sociais sobre questões relacionadas com agricultura, sob o tema "Mitos da Agricultura", que vai abranger várias temáticas, desde os custos da plantação de abacates, azeite, amêndoas, à promoção de uma agricultura mais sustentável, passando pela promoção do consumo de bolota.
3. Participação pública na Avaliação de Impacte Ambiental da construção de centrais solares fotovoltaicas.
4. Promoção do azeite proveniente de agricultura sustentável.
5. Promoção da bolota como alimento nutritivo e com história.
6. Defesa dos produtos tradicionais, locais e biológicos.
7. Acompanhar a política de OGM na Europa e em Portugal.

Água

© *

A área da Água é uma grande prioridade para o GEOTA, pelas frequentes transições entre períodos de seca e de excesso de pluviosidade e por todo o trabalho já investido até ao momento.

*Aguarda definição da equipa de trabalho para 2023.

Para 2023 espera-se poder continuar o trabalho de acompanhamento das plataformas Protejo e Douro Vivo e ainda avançar num projeto de maior fôlego para a inventariação de barreiras fluviais obsoletas, remoção e renaturalização de margens de cursos de água intervencionados, consoante os apoios que forem angariados para 2023.

Ana Catarina Miranda

Lígia Figueiredo

Regina Falcão

João Dias Coelho

João Joanaz de Melo

Já nas primeiras semanas de 2023 decorrerá a remoção de um açude no rio Alviela, numa colaboração com as C.M. de Alcanena e de Santarém e com a empresa e-Rio.

Serão também disseminados documentários, sobre o Regadio e sobre os trabalhos de remoção do açude no Rio Alviela.

O contencioso com o Estado relativamente ao empreendimento de usos múltiplos do Crato (Pisão) será uma matéria de trabalho importante durante 2023 e provavelmente anos seguintes, que promete envolver várias organizações e consumir bastantes recursos em contencioso.

Será também feito o acompanhamento do Conselho Nacional da Água.

Biodiversidade e Conservação da Natureza

Nesta área de trabalho vão ser tratados os seguintes temas e projetos:

J. Roborg-Søndergaard

- Desenvolvimento dos projetos TerraSeixe e Renature Monchique, Leiria, Estrela e Invasoras.MCQ (vd. Seção respetiva), na bacia hidrográfica da Ribeira de Seixe, Alentejo e Algarve e no pinhal de Leiria e Serra da Estrela.
- Reserva Natural Local do Paul de Tornada - sítio Ramsar.
- Participação ativa nas Coligação C6, Mediterranean Alliance for Wetlands e outras
- Acompanhamento dos dossiers relativos à descentralização de gestão da conservação da natureza.

Miguel Jerónimo

João Madeira

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Helder Careto

João Dias Coelho

Patrícia Tavares

Consumo Sustentável

Patrícia Latino Tavares ©

Nesta área de trabalho vão ser tratados os seguintes temas:

1. Pensar o decrescimento como alternativa ao modelo económico vigente.
2. Esclarecer o público sobre as alterações climáticas nas páginas do GEOTA, combatendo a desinformação. Mas também iniciar uma campanha para informação aos mais jovens sobre essa temática, através do programa eco-escolas.
3. Continuação da colaboração com a EPAL na promoção do consumo de água da torneira
4. Promoção do azeite proveniente de agricultura sustentável
5. Elaboração de uma iniciativa junto das entidades organizadoras de maratonas para a diminuição de resíduos, nomeadamente t-shirts e garrafas de água.
6. Defesa dos produtos tradicionais, locais e biológicos
7. Acompanhar a política de OGM na Europa e em Portugal

Energia e clima

Acompanhamento da política energética.
Planeamento de campanha nacional sobre a fiscalidade ambiental.

João Joanaz de Melo, Miguel Sequeira, Rogério Ivan, Manuel Lucas Claro (e outros)

Mobilidade e transportes

Aguarda a estruturação do grupo e a definição de um plano de atividades na área.
Continuação da atividade anterior.

Ana Catarina Oliveira
Eduardo Zúquete
Filipa Fernandes
J. Joanaz de Melo
Lora Simeonova
Marlene Marques
Pedro Costa
Sofia Silveira

Mar

Continuação dos trabalhos na temática.
Promoção dos projetos Coastwatch, Underwaterwatch e formação certificada de professores e outros que se venham a revelar de interesse.
Acompanhamento dos assuntos da PONG Pesca, plataforma Oceano Livre e do Seas At Risk
Exploração de perspetivas de financiamento de projetos ligados ao mar

José Maria Candeias
Helder Careto
Carla Pacheco
Teresa Lemos

3. Projetos de educação, informação e intervenção ambiental

Coastwatch Portugal®

O projeto Coastwatch Portugal, na sua 33ª campanha anual, convida à realização de percursos a pé nas zonas costeiras portuguesas, de setembro a abril, à escolha dos participantes, para observar e registar diversas informações ambientais num documento próprio - o questionário Coastwatch (formulário, App ou em papel) adaptado a diferentes faixas etárias e sempre que possível recolher lixo. Neste questionário são registadas informações sobre animais, algas e plantas; eventuais contaminações - poluição, lixo marinho; tipo de substrato (areia, rocha, etc.); perigos iminentes - erosão, perda de biodiversidade, pressão humana, entre outros.

© Teresa Lemos



Carla Pacheco (professora em mobilidade)
José Candeias
Helder Careto
Saúde Martins
João Dias Coelho



Atividades a desenvolver:

- Acompanhamento de saídas de campo Coastwatch, monitorização ambiental com recolha de lixo, para as comunidades escolares e outros grupos, nas zonas costeiras portuguesas;
- Realização de sessões informativas *online* Coastwatch de pré-preparação para as saídas de campo, sobre a ecologia das zonas costeiras e a metodologia do projeto;
- Realização de ações de formação de curta (de caráter mensal) e longa duração creditadas para docentes e público em geral;
- Realização do 33º Seminário Coastwatch 2023 com a apresentação dos dados ambientais da Campanha Coastwatch;
- Dinamização e promoção do Coastwatch Portugal com a implementação da 33ª Campanha Coastwatch 2022-2023 “Oceanos, que Futuro?”, em eventos de caráter ambiental, nas plataformas digitais e media locais e nacionais, reforçando o papel das entidades com quem já foram estabelecidos protocolos de cooperação;
- Dinamização e divulgação do site Coastwatch Nacional com todo o material didático e pedagógico, necessário para a monitorização ambiental, sempre acessível e adaptado por faixas etárias;
- Promover condições para a adaptação da APP Android existente (GEOTA Questionários) para IOS;
- Produção de notícias, reportagens, notas de imprensa sobre as atividades Coastwatch para os media locais e nacionais

Objetivos Pedagógicos e Ambientais:

- Aumentar a literacia dos cidadãos sobre o litoral português;
- Promover o contato com a Natureza, em zonas costeiras, com observação e identificação de seres vivos, da zonação costeira, dos fatores físicos e químicos do ecossistema que influenciam os seres vivos, dos desafios e ameaças a esses ecossistemas;
- Participar em campanhas de monitorização de troços do litoral, num exercício de ciência participativa (citizen science) visando a identificação de problemas e a proposta de soluções de sustentabilidade;
- Sensibilizar para a fragilidade dos ecossistemas das zonas costeiras, as causas de erosão e recuo da linha de costa e questões relacionadas com o ordenamento do território;
- Promover a educação para a conservação e o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas dependentes de água doce, de águas costeiras e de transição;
- Integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030 (ODS);
- Contribuir para, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030), a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), para o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

As ações de educação ambiental para a sustentabilidade do Coastwatch Portugal contam

Parcerias na dinamização do Coastwatch Portugal com a implementação de uma rede de coordenadores regionais e locais do projeto, envolvendo as Câmaras Municipais do litoral e ainda algumas organizações não governamentais de ambiente.

Outras parcerias e apoios
Empresa Águas do Tejo Atlântico (AdTA), Ministério da Educação, Ministério do Ambiente e Ação Climática, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Mais informações:

<https://coastwatch.pt/>

<https://www.facebook.com/CW>.

<https://www.instagram.com/coastwatchnacional/>

com a coordenação pedagógica, dinamização e apoio da professora em mobilidade no GEOTA, no destacamento pela Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente - Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Teresa Lemos ©

Atividades previstas:

Dinamização e divulgação do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Prof. João Evangelista.

O serviço educativo dirigido e adaptado a toda a comunidade educativa e público em geral, contempla:

- Saídas de campo guiadas;
- Peddy-papers;
- Plantações de espécies autóctones;
- Monitorizações ambientais;
- Oficinas temáticas de carácter ambiental.

Além do Serviço Educativo são também regularmente dinamizados:

- Workshops temáticos;
- Ações de formação de curta e longa duração creditadas;
- Sessões de anilhagem científica de aves;
- Plantações e manutenção de espécies florísticas autóctones;
- Observação e monitorização de espécies faunísticas (p.e.: Bioblitzs);
- Percursos informativos e sensoriais no Paul de Tornada;
- Comemorações de dias ambientalmente importantes, como o Dia Mundial das Zonas Húmidas, Dia Mundial do Ambiente, entre outros;
- Atividades de fundraising e promoção da rede de parcerias em projetos concretos.



Carla Pacheco (professora em mobilidade)
Helder Careto
Saúde Martins

Parcerias na gestão do Centro e da Reserva:

Associação PATO, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto.

Outras parcerias e apoios:

Instituto Português do Desporto e da Juventude, Águas do Tejo e Atlântico, Oeste Sustentável, ESAD - Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha, Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.





Objetivos pedagógicos e ambientais:

- Promover a Reserva como uma escola de natureza, um laboratório ao ar livre;
- Promover a educação ambiental para a sustentabilidade, a cidadania ativa na formação de cidadãos ambientalmente mais conscientes e mais informados;
- Sensibilizar a comunidade para a valorização e preservação dos recursos naturais, procurando abranger temáticas ambientais atuais;
- Contribuir para a preservação da Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais;
- Promover a reflorestação de espécies autóctones e consequente aumento da biodiversidade na Reserva, por todos os cidadãos;
- Abranger vários objetivos curriculares e competências no Serviço Educativo, privilegiando sempre a interdisciplinaridade;
- Integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ENEA 2020 nas ações de educação ambiental para a sustentabilidade;
- Incorporar temas do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 e da Estratégia Nacional para as Florestas.

Mais informações:

www.ceept.pt

<https://www.facebook.com/CentroEcologicoPaultornada>

<https://www.instagram.com/pauldeTornada/>

GEOTALINE

Continuar a atividade do canal GEOTALINE, através do envio de informação selecionada e regular (1 a 2x por semana) aos associados por via eletrónica que tem permitido difundir de modo mais alargado conteúdos de interesse ambiental geral e divulgar iniciativas que o GEOTA e rede de instituições que nos contactam vão organizando.

Saúde Martins ©

Helder Careto

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Hélder Careto ©

O Meu Eco-Sistema®

Manutenção dos suportes de informação existentes com a renovação do seu conteúdo, manutenção dos registos de domínio.

Apoio secretariado e contabilidade:
Saúde Martins

TerraSeixe

Atividade | Implementação de projeto de gestão ambiental partilhada.

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasce de preocupações com a proteção e conservação de espécies endémicas, num contexto biogeográfico particular, onde é possível identificar reservas de material genético, como é o caso do *Quercus canariensis*. O Projeto TerraSeixe está integrado na Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas existentes. Tendo como unidade de análise a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe (BHRS), que inclui parte dos municípios de Monchique,

Miguel Jerónimo ©

Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador:
Acção Ambiental / CCDR Algarve
(PDR 2020)

Parceiros:

- Câmara Municipal de Monchique

Aljezur e Odemira, entendida como paisagem multifuncional, o projeto prossegue uma abordagem socioecológica, no sentido de pretender envolver os diferentes *stakeholders* na sua implementação, pelo menos no âmbito local e regional.

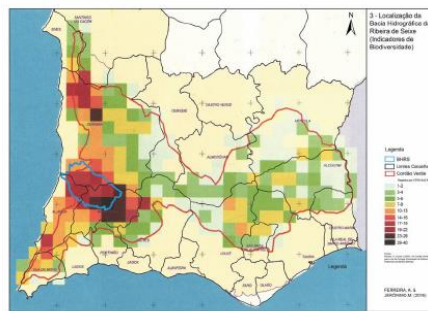
A estratégia de financiamento assenta numa lógica de financiamento múltiplo, sendo assegurada a exequibilidade das diversas componentes de intervenção de forma independente, para o que estão a ser formalizadas parcerias.

A principal tarefa a desenvolver para o ano de 2022 no Projeto TerraSeixe será o encerramento da operação candidatada ao Programa CRES Algarve2020.

- Câmara Municipal de Aljezur
- Câmara Municipal de Odemira
- Junta de Freguesia de Odeceixe
- Universidade de Évora/CIBIO - InBio
- Universidade do Algarve
- Universidade de Lisboa/ICS
- Universidade Nova de Lisboa/FCT
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - Algarve
- Agência Portuguesa de Ambiente – ARH Algarve
- Associação Vicentina

Para mais informações consultar:

<https://www.geota.pt/projetos/terraxeixe>

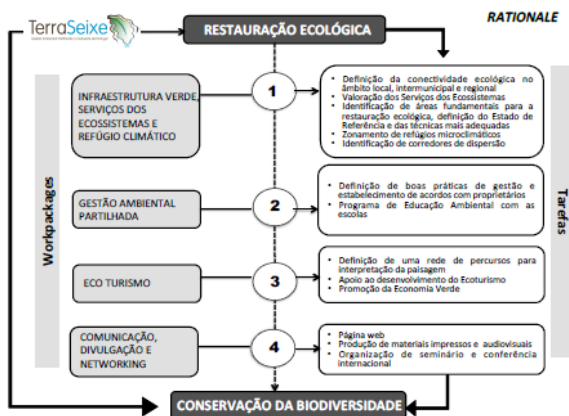


Além das tarefas principais já identificadas pretende-se também desenvolver outras paralelamente e complementares:

- Estabelecer uma coordenação a médio-longo prazo com os parceiros do projeto.
- Identificar propriedades disponíveis para desenvolver processos de restauração ecológica na BHRs.
- Identificar fontes de financiamento nacionais e internacionais.
- Identificar os critérios de elegibilidade para o Programa LIFE.

Desenvolver material de design e comunicação.

Tarefa 1: Conclusão Operação CRES Algarve 2021



WP 1 - INFRAESTRUTURA VERDE, SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS E REFÚGIO CLIMÁTICO

Objetivo:

Atualmente as redes ecológicas são entendidas na Europa como fundamentais para o

desenvolvimento territorial através do uso multifuncional do capital natural.

Com a definição de uma infraestrutura ecológica para a BHRS pretende-se:

- Garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclo da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens.
- Definir a rede ecológica a partir de corredores ecológicos que assegurem conexões funcionais e estruturais entre as áreas consideradas nucleares do ponto de vista da conservação dos recursos para, desta forma, contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas ecológicos, bem como a continuidade dos serviços providenciados pelos mesmos.
- Identificar de áreas fundamentais para a restauração ecológica, definição do Estado de Referência e das técnicas mais adequadas de intervenção.
- Valorar os serviços dos ecossistemas.

Para além disso, a situação geográfica da BHRB permitiu níveis elevados de estabilidade climática ao longo do tempo geológico facilitando a persistência de espécies adaptadas a climas subtropicais, quentes, húmidos e com baixas amplitudes térmicas. Um exemplo destas espécies é o emblemático *Quercus canariensis* cuja distribuição em Portugal se encontra restrita à Serra de Monchique, incluindo a BHRS. As variáveis geográficas que criaram condições para a existência deste refúgio climático são constantes em escalas geológicas sendo, portanto, indicadoras de previsíveis condições de estabilidade climática durante as alterações climáticas em curso e previstas para o decorrer do século XXI. No entanto, a existência ou eficácia destes refúgios pode ser reforçada por uma gestão desadequada do território, nomeadamente através de práticas de utilização do solo que conduzem a uma elevada erosão do solo e à degradação do coberto vegetal natural, aumentando o risco de incêndio. Neste âmbito, o projeto inclui também os seguintes objetivos:

- Proceder ao zonamento das áreas de elevada estabilidade climática na BHRB com vista à identificação de uma rede regional de refúgios microclimáticos para a biodiversidade;
- Identificar corredores de dispersão entre refúgios climáticos por forma a facilitar a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas e assim garantir a persistência dos serviços dos ecossistemas associados a estes elementos da biodiversidade.

WP 2 - PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL PARTILHADA

Objetivo:

A gestão ambiental partilhada assenta em princípios de partilha de responsabilidades e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa. Assim, a gestão ambiental partilhada da BHRS tem como objetivos:

- Criar condições para a definição partilhada de objetivos de gestão ambiental sustentável e para o estabelecimento de uma carta de compromissos que tenha por base a negociação de um posicionamento consensual por parte das instituições públicas e do sector privado (tanto proprietários como empresas, como é o caso da Navigator);
- Propor um conjunto de medidas de gestão adequados aos refúgios microclimáticos e aos corredores de dispersão entre eles;
- Assegurar a informação, a sensibilização e a formação para a carta de compromissos;
- Promover um programa de educação ambiental junto das escolas da área de intervenção do projeto;
- Definir um Programa de Gestão Ambiental Partilhada.

WP3 – PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

Objetivo:

Pretende-se assim:

- Identificar e caracterizar a paisagem e os seus valores naturais e culturais;

- Definir uma rede de percursos para a interpretação da paisagem nas suas diversas componentes e estados ao longo do ano;
- Apoiar projetos de turismo rural e atividades de animação ambiental e cultural que aumentem a atratividade do lugar;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento de produtos inovadores que reforcem a sustentabilidade e a identidade cultural da BHRS

WP 4 - COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E NETWORKING

Objetivos:

O sucesso do projeto depende, em boa medida, da capacidade de comunicar os seus objetivos, resultados e da rede de cooperação nacional e internacional que for constituída.

- Criar e alimentar a Página web do projeto
- Produzir materiais impressos e audiovisuais

Organizar seminário internacional.

Renature



Os projetos Renature visam recuperar, através de ações de reflorestação com espécies autóctones, áreas afetadas por incêndios em Portugal Continental. Atuando em territórios e tipologias de ocupação diferentes pretende-se demonstrar a possibilidade de atuar nestas áreas que não maior parte dos casos são deixadas ao abandono e sem qualquer tipo de gestão, pública ou privada. Através destes projetos apoiam-se as comunidades locais a recuperar destas catástrofes, ao esmo tempo que se preveni futuros incêndios e se mitigam os impactos causados pelas alterações climáticas com vista a termos uma floresta mais resistente aos incêndios.

A metodologia aplicada no projeto é o Gestão Ambiental Partilhada, ou seja, um conceito entendido como gestão ambiental local que inclui ações realizadas por indivíduos, grupos ou redes de partes interessadas, com diversas motivações e níveis de capacidade, para proteger, cuidar ou usar com responsabilidade a paisagem na busca de resultados ambientais e/ou sociais em diferentes contextos socioecológicos.

Nos projetos Renature trabalha-se com proprietários rurais (público, privados ou comunitários) na plantação de árvores como sobreiros, medronheiros, castanheiros, carvalhos de Monchique, carvalho português, azinheiras, freixos ou amieiros, entre outras espécies. Desta forma, estamos a contribuir para a 'reabilitação destas paisagens culturais', para o 'retorno da esperança', para a 'recuperação de meios de subsistência' e para a 'restauração de sistemas ecológicos ou habitats de suporte à vida'. Todas as intervenções são realizadas por uma equipa especializada coordenada pelo GEOTA em estreita relação com os proprietários, procurando ir ao encontro dos seus desejos.

Neste momento o GEOTA coordenada três projetos: Renature Monchique, iniciado em 2019; Renature Leiria, iniciado em 2022; e o Renature Estrela iniciado em 2023.

Renature Monchique

Atividade | Implementação de ações de restauro ecológico.

A Serra de Monchique, no Algarve, sul de Portugal, foi afetada pelo maior incêndio florestal da Europa em 2018. Quase 28.000ha foram queimados, afetando não apenas a comunidade local, mas também os habitats naturais e espécies desta área. Os incêndios florestais estão a tornar-se mais frequentes em Portugal. Impulsionados pelas alterações climáticas e pelo impacto do homem ao longo dos anos, estes incêndios tornaram-se extremamente destrutivos.

Renature Monchique é um projeto que pretende restaurar os principais habitats da Rede Natura 2000 afetados pelo incêndio, apoiando o bem-estar local e mitigando os impactos futuros das alterações climáticas, ajudando ao mesmo tempo a comunidade local recuperar do desastre causado pelo incêndio.

Como parte da iniciativa de compensação das emissões de carbono da Ryanair, este projeto não apoiará apenas a compensação de toneladas de carbono através da plantação de milhares de árvores, mas também ajudará a revitalizar a ecologia da região de Monchique. O projeto Renature Monchique é resultado de uma parceria entre GEOTA e Ryanair, a Região de Turismo do Algarve, o Instituição da Conservação da Natureza e das Florestas e o Município de Monchique.

Em 2023 o Objetivo passa por dar continuidades às ações iniciadas em 2019 de modo a expandir o impacto e os resultados do projeto. Espera-se plantar mais 75.000 árvores autóctones.

Miguel Jerónimo ©

Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador: Ryanair

Parceiros:

- Câmara Municipal de Monchique

Lisboa/FCT

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - Algarve

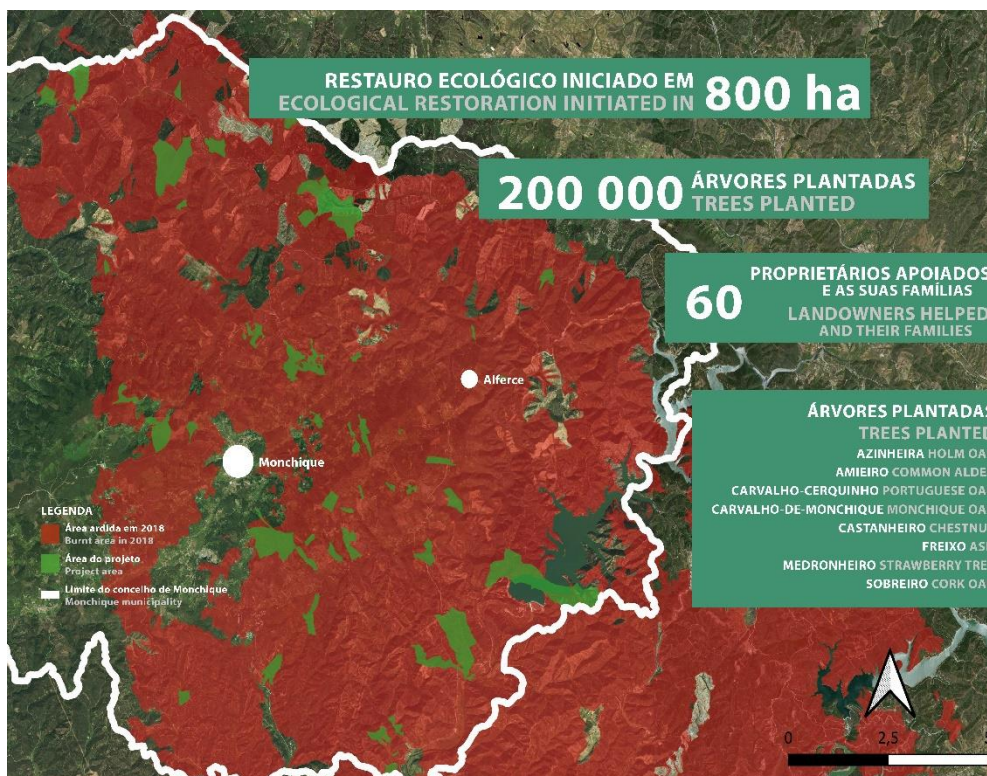
- Região de Turismo do Algarve

Para mais informações consultar:

<https://www.renaturemonchique.org/>

ou

<https://www.geota.pt/projetos/renature-monchique>



Resultados atingidos até Abril 2022.

Tarefa 1: Execução e monitorização de processos de restauro ecológico

Estas ações, iniciadas em 2019 pretendem ter um factor pedagógico e de capacitação em temáticas específicas da gestão do território, mais especificamente da importância e boas

práticas de gestão de infraestruturas verdes, num contexto Rede Natura 2000, tendo como público-alvo os proprietários florestais e empresários do sector florestal e agrícola. Objetiva-se envolver e capacitar os agentes económicos e autoridades locais, envolvidos no âmbito do projeto, na adoção continuada de práticas para a conservação da natureza e da biodiversidade com vista à proteção de habitats e espécies prioritárias da Rede Natura 2000 e da RNAP ao mesmo tempo que se promove a fruição sustentável e resolução dos problemas ambientais dos mesmos. Estas ações de demonstração *in situ* pretendem capacitar tecnicamente os atores locais sobre manutenção, limpeza e reabilitação de linhas de águas, controlo de espécies invasoras, regeneração ecológica de habitats para a conservação da natureza e biodiversidade e regeneração ecológica pós-fogo. Esta ação é prosseguida do diagnóstico da infraestrutura verde, medidas de gestão a implementar e locais de demonstração *in situ* a intervir, com vista à conservação da natureza e biodiversidade tendo por base a Diretiva Habitats e Diretiva Aves desenvolvidos no projeto TerraSeixe.

Tarefa 2: Desenvolvimento de ações de voluntariado

No projeto pretende-se desenvolver uma gama de ações para criar uma cultura cívica territorial na ótica do ordenamento do território e da conservação e valorização do património - natural, paisagístico e cultural – de modo a poder contribuir para formar cidadãos pró-ativos que respeitem a resiliência do Planeta.

As ações no seu conjunto, direcionadas para vários públicos-alvo e faixas etárias, têm como principais objetivos valorizar o território; promover a biodiversidade, os recursos naturais e o património natural; promover a conservação e valorização natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000; consciencializar e sensibilizar a sociedade civil para uma proteção ativa da floresta contra incêndios e para evitar comportamentos de risco; aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração pública, universidades, associações nacionais e locais, e com a sociedade civil em geral; reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições; e assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.

Tarefa 3: Processo de participação pública e execução do Plano de Gestão Ambiental Partilhada

A gestão ambiental partilhada assenta em princípios de partilha de responsabilidades e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa. Com o plano de gestão ambiental partilhada desenvolvido no âmbito da candidatura à operação CRESC ALGARVE 2020 do projeto TerraSeixe, objetiva-se criar as condições financeiras e operacionais para a execução do mesmo no âmbito do projeto Renature Monchique.

Por outro lado, procura-se também responder à necessidade de capacitar e complementar a ação dos parceiros do projeto Renature Monchique em torno de uma base de conhecimento operacional comum com vista a mudar os comportamentos e sensibilizar os atores locais (decisores, empresas, agricultores, população local, turistas, etc.).

Tarefa 4: Comunicação do projeto

Paralelamente à execução das tarefas descritas anteriormente pretende-se implementar uma estratégia de comunicação e plano de comunicação para disseminar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, criar conteúdos audiovisuais e comunicados de imprensa e gerir as redes sociais do GEOTA em torno do projeto. Com este plano de comunicação pretende-se abranger um público mais vasto e não restrito à região de Monchique.

Renature Leiria

Atividade | Implementação de ações de restauro ecológico.

O projeto Renature Leiria visa promover o restauro ecológico de uma parte da Mata Nacional de Leiria, que infelizmente foi afetada por um incêndio florestal em 2017. Neste contexto surge a necessidade de restaurar a fertilidade do solo e melhorar o ciclo da água através da plantação de árvores autóctones, aumentando assim a cobertura vegetal de modo a proteger os solos desta área, a recuperar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. As ações do projeto apoiam a resiliência ecológica e a adaptação ao clima, enquanto reduzem as vulnerabilidades aos incêndios florestais. Coletivamente, esta ação de restauração visa evitar o "ponto de inflexão" do processo de desertificação que infelizmente Portugal sofre devido em grande parte ao acentuar das alterações climáticas. Estas ações intencionais envolvem a plantação de espécies endémicas, como o pinheiro-bravo, bem como sobreiros e medronheiros.

As ações no terreno serão realizadas por equipa especializada, sob a coordenação e supervisão do GEOTA, que garantirá também a sua formação. O GEOTA será responsável pelo planeamento, desenho e implementação dessas intervenções, bem como pelo monitoramento e avaliação dessas intervenções, em estreita colaboração com o corpo técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas responsável pela gestão desta área. Este projeto também pretende ter um impacto social e económico na região pelo que, sempre que possível, serão contratados ou adquiridos localmente, materiais, máquinas e aluguer de veículos, plantas e mão-de-obra. Como parte desta estratégia, o GEOTA também desenvolverá uma campanha de consciencialização e educação junto da comunidade local de modo a aprofundar a conservação desta paisagem, e a adotar comportamentos responsáveis com vista à mitigação dos incêndios florestais. Até 2026 pretende-se plantar cerca de 1.300.000 árvores em 1040 hectares.

Em 2023 o Objetivo passa por dar continuidades às ações iniciadas em 2022 de modo a expandir o impacto e os resultados do projeto. Em 2023 espera-se plantar mais 312.500 árvores autóctones.

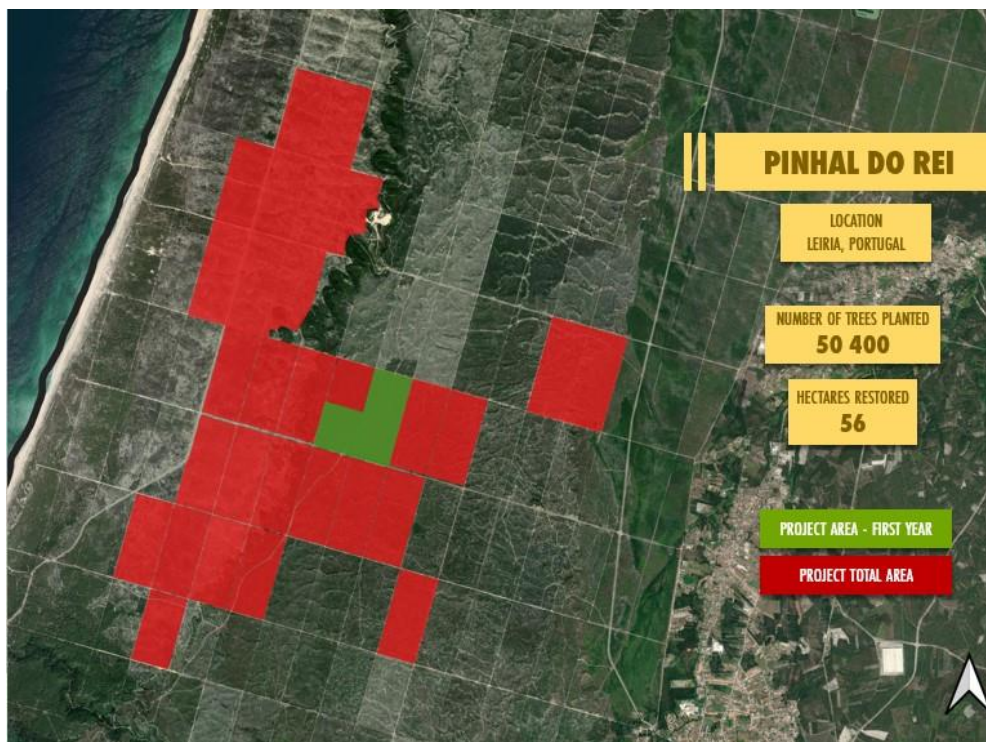
Miguel Jerónimo ©

Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador:
One Tree Planted

Parceiros:

- Instituto de Conservação da
Natureza e das Florestas - Centro



Resultados atingidos até Abril 2022.

Tarefa 1: Execução e monitorização de processos de restauro ecológico

Estas ações pretendem acima de tudo contribuir para a regeneração ecológica pós-fogo dos habitats florestais com vista à sua conservação e respetiva biodiversidade através de ações de reflorestação com espécies autóctones.

Tarefa 2: Desenvolvimento de ações de voluntariado

No projeto pretende-se desenvolver uma gama de ações para criar uma cultura cívica territorial na ótica do ordenamento do território e da conservação e valorização do património - natural, paisagístico e cultural – de modo a poder contribuir para formar cidadãos pró-ativos que respeitem a resiliência do Planeta.

Tarefa 3: Comunicação do projeto

Paralelamente à execução das tarefas descritas anteriormente pretende-se implementar uma estratégia de comunicação e plano de comunicação para disseminar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, criar conteúdos audiovisuais e comunicados de imprensa e gerir as redes sociais do GEOTA em torno do projeto. Com este plano de comunicação pretende-se abranger um público mais vasto e não restrito à região de Leiria.

Renature Estrela

Atividade | Implementação de ações de restauro ecológico.

Devido à sua escala e altitude, a Serra da Estrela é a montanha mais importante de Portugal Continental. A maior parte da Cordilheira Central é a Torre (torre) a uma altura de 1.991 metros, o Parque Natural da Serra da Estrela - com 89 133 hectares - possui uma paisagem diversificada, constituída por pequenas lagoas, pastagens, turfeiras, carvalhais e castanheiros, bem como outras áreas florestais e de produção bosques.

Infelizmente, este Parque Natural tem sido afetado por incêndios cíclicos. Na última década, houve incêndios florestais em 2013, 2015, 2017 e agora em 2022, sendo este

Miguel Jerónimo ©

Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador:
One Tree Planted

Parceiros:

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Centro
- Baldios da Freguesia de Cortes

último o mais catastrófico até hoje.

do Meio

O projeto é situa-se numa área de Baldios mantidos por membros da comunidade local que suportam as atividades complementares silvo pastoris e de pequena agricultura. Este projeto visa, portanto, restaurar o máximo do património comunitários destas paisagens apoiando assim a recuperação da biodiversidade que, por sua vez, apoia a retorno dos serviços ecossistémicos locais, juntamente com a resiliência e adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas.

As ações de reflorestação irão ocorrer com espécies autóctones como pinheiro-bravo, pinheiro-silvestre, bem como sobreiros e azinheiras, castanheiros e medronheiros. Ao fazê-lo, este projeto pretende não apenas recuperar a área ecologicamente, mas também proporcionar impactos positivos para a comunidade local, apoiando a economia rural da qual essas comunidades dependem.

O modelo geral de intervenção no terreno segue os do Renature Monchique e Renature Leiria, descritos acima.

Invasoras.MCQ

Miguel Jerónimo ©



Atividade | Implementação de ações de combate a espécies invasoras.

O GEOTA em parceria com a Câmara Municipal de Monchique desenvolveu um projeto demonstrativo em duas áreas do concelho de Monchique pretendendo a remoção e erradicação das espécies invasoras existentes.

As espécies invasoras em causa são espécies não endémicas, como por exemplo, a 'Mimosa' (Acacia dealbata) e 'Austrália' (Acacia melanoxylon) entre outras que podem ser identificadas durante a implementação do projeto.

Para além das ações de erradicação das espécies invasoras o GEOTA desenvolveu um Plano de Comunicação para o projeto com vista a sensibilizar e capacitar a comunidade local em torno da temática das espécies invasoras e das intervenções desenvolvidas bem como a criação de materiais de comunicação para disseminação junto da comunidade local.

As ações de erradicação já foram desenvolvidas em 2021 sendo que em 2023 se pretende dar continuidade às mesmas através de financiamentos por exemplo do Fundo Ambiental e desenvolver as ações de capacitação com a comunidade local e a criação de materiais de comunicação.

Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador:
Câmara Municipal de
Monchique; Outros
Financiamentos (Fundo
Ambiental, etc.)

SUSTENTURIS

Olga Romão Brito e Abreu©

Coordenação do projeto com diversos parceiros. Desenvolvimento de protótipo operacional em conjunto com os parceiros.

Retomar o programa de parcerias com empresas de turismo de natureza, com o duplo Objetivo de ampliar o leque de parceiros e proporcionar vantagens aos associados do GEOTA.

António Galvão
Fernando Brito e Abreu
J. Joanaz de Melo,
Marlene Marques

4. Representações junto de ONG ou similares

Helder Careto

ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2023 pretende-se assegurar as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos, bem como o reforço das parcerias em torno de projetos concretos.

Agência Oeste Sustentável

Seguimento dos trabalhos da Agência, com reuniões regulares e participação na Assembleia Geral. Desenvolvimento de parcerias com a OS.

Helder Careto

Teresa Lemos

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Participação nas reuniões da Assembleia Geral.

Seguimento do contencioso relativo à contestação do último processo eleitoral, com o apoio da Quercus e do GEC.

João Dias Coelho

C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP

Seguimento dos trabalhos.

A coordenação do C6 é rotativa em 2023 e compete, neste ano, à SPEA. Mantêm-se os objetivos estratégicos do ano anterior.

Helder Careto

João Dias Coelho

Patrícia Tavares

CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental

A CIDAMB é uma associação de ONGA fundada em 2020. Em 2022 foi decidido recuperar a associação visando o apoio jurídico e técnico às suas associadas.

Encontra-se atualmente em processo de revisão estatutária e a reiniciar as suas atividades-

Em representação do GEOTA:

Helder Careto (Presidente da Direção)

João Dias Coelho (Vogal da Direção)

Gabriel Goucha (Vogal da Direção)

Miguel Cunha Duarte (Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza

O CIDN está em extinção há alguns anos. O GEOTA tem acompanhado todo o processo, junto com as outras organizações que compõem essa associação de coletivos.

Foi na última assembleia geral da organização adjudicado à ADENEX a execução de uma conferência ibérica sobre a Rede Natura e a Transição Digital, em Mérida (Espanha) para finais de abril.

Helder Careto

EEB/BEE – European Environmental Bureau

Grupos de trabalho: Manutenção e alargamento das representações nos grupos de trabalho europeus e eventos associados. Divulgação de informação e participação nas campanhas a nível internacional.

Pretende-se assegurar a representação na Assembleia Geral desta organização.

João Dias Coelho

MIA – Movimento Ibérico Antinuclear

Seguimento dos trabalhos e ações da plataforma.

Tem havido uma participação pontual nos trabalhos e eventos da plataforma.

A representação será designada caso a caso

Mediterranean Alliance for Wetlands

O GEOTA aderiu a esta plataforma europeia de ONGA no seguimento da conferência RIVERS 2021 em Lisboa.

O principal objetivo será construir um projeto conjunto ao nível mediterrânico para a conservação e desenvolvimento de comunidades sustentáveis em torno de zonas húmidas.

Ana Catarina Miranda
Ligia Figueiredo
Helder Careto
Teresa Lemos

PASC CC

Acompanhamento ao nível da Mesa da Assembleia Geral dos eventos institucionais dessa plataforma de organizações da sociedade civil.

Marlene Marques (-presidente da Mesa da AG)
João Joanaz de Melo (suplente-presidente da Mesa da AG)

Plataforma de ONGA contra o aeroporto do Montijo

A plataforma constituída por 9 ONGA (GEOTA, Quercus, ZERO, SPEA, FAPAS, LPN, A Rocha, Almargem, ANP/WWF) tem desenvolvido ações de contestação, pressão e contencioso que começaram desde a decisão pelo governo de escolher a BA6 no Montijo para a localização do novo aeroporto de Lisboa.

Face às novas tutelas do ambiente e das infraestruturas, têm estado a ser promovidos contactos e reuniões com as tutelas e as empresas envolvidas, nomeadamente a ANA, bem como com a Comissão Técnica Independente para a avaliação ambiental estratégica que irá propor as melhores opções de localização.

Pretende-se continuar a dar todo o suporte e acompanhamento que for possível para defender o interesse público e proteger o ambiente.

João Dias Coelho
João Joanaz de Melo
Pedro Costa
Helder Careto

PONG Pesca

Continuação dos trabalhos e participação nos eventos e reuniões promovidos no âmbito da Plataforma.

URL: <https://pongpesca.wordpress.com/>

Helder Careto
José Maria Candeias

ProTejo

O GEOTA manterá a representação neste movimento, através da participação ativa nos eventos

João Dias Coelho
Patrícia Tavares

Plataforma Oceano Livre

Lançada em 2017. Seguimento dos trabalhos através da área do Mar.

José Maria Candeias
Helder Careto

Seas At Risk

Manutenção da representação em eventos, grupos de trabalho específicos e na assembleia geral

José Maria Candeias

5. Representações em Organismos

Conselho Nacional da Água (CNA)

Continuação do acompanhamento do trabalho do Conselho, com enfoque no desenvolvimento dos Planos de Bacia Hidrográfica.

Plenário: João Joanaz de Melo
João Dias Coelho e Judite
Fernandes a acompanhar os
principais processos

Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)

João Joanaz de Melo (E)
Irina Gomes (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura.

Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*)

João Joanaz de Melo (E)
Fernando Pires (S)
Pedro Alves (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN, FPE e GPS.

Acompanhar os processos em curso. Defender maior exigência de monitorização e níveis de proteção. Defender plano de gestão adequado.

Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*)

Margarida Augusto (E), Lia
Vasconcelos (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta LPN e GEOTA

Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*)

Leonel Folhento (E)
Marlene Marques (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta Quercus e GEOTA.

Comissão de Cogestão do Parque Natural de Sintra Cascais (*)

João Dias Coelho-(E)
Sandra Pereira (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN. Até ao momento não foi estabelecida a comissão de cogestão.

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT)

Teresa Lemos
(Representação do GEOTA)

Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Diretiva RNLPT.

CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)

J. Joanaz de Melo (eleito
representante das ONGA

J. Joanaz de Melo foi reeleito em 2021 representante das ONGA no CNADS para o período 2021-2023. Integra os grupos de trabalho "Florestas" e "Nexus Água-Agricultura-Biodiversidade", participando igualmente em posições sobre outras temáticas, designadamente nos domínios da energia e mobilidade.

Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação

Miguel Jerónimo (E)

Acompanhamento dos trabalhos do organismo

Conselho Superior de Obras Públicas

João Joanaz de Melo
representa o CNADS

João Joanaz de Melo é membro do CSOP por indicação do CNADS.

(*) – Representação das ONGA no âmbito do Protocolo de Nomeação de Representantes em Organismos Públicos gerido pela CPADA.

6. Funcionamento e logística

Responsáveis

Secretariado e apoio técnico

Realização de estágios não remunerados de complemento curricular ou fim de curso e de estágios profissionais para o apoio a áreas e Projetos específicos do GEOTA

Melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.

Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada

Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.)

Helder Careto
(Secretário Executivo)

Saúde Martins
(Secretária de Direção)

Apoio Técnico:

Teresa Lemos
(Assessora Técnica Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e Coastwatch, representante na Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada).

Miguel Jerónimo
(Apoio técnico ao projeto TerraSeixe, Renature Monchique, Leiria, Estrela e Invasoras.MCQ)

Carla Pacheco
(Prof.ª destacada em projetos de EAS)

Acolhimento de voluntários

Criação de um sistema organizado de acolhimento e enquadramento de voluntários, no sentido tanto de potenciar o trabalho do GEOTA como de tornar o GEOTA atrativo para diversos grupos interessados, com destaque para os estudantes universitários. Cada grupo deverá propor atividades concretas para enquadrar os voluntários, integrado num procedimento geral de acolhimento.

Essa ação foi já iniciada em finais de 2020 aproveitando o registo de voluntários que se tem efetuado através das novas funcionalidades na página do GEOTA.

Envolvimento de todos os grupos de trabalho do GEOTA. Coordenação pela Comissão Executiva.

Equipamento e Software

Manutenção e reforço da rede informática no GEOTA, especialmente no relativo aos serviços de arquivo e trabalho remoto na nuvem e de dispositivos de arquivo da informação.

Manutenção de software do GEOTA.

Manutenção de equipamento.

Comissão Executiva
Helder Careto

Serviços externos

Renovação do serviço de contabilidade.

Manutenção dos seguros de instalações, equipamento e acidentes de trabalho.

Manutenção dos serviços contratualizados de HST.

Comissão Executiva
Saúde Martins
Helder Careto

6. Funcionamento e logística

Responsáveis

Plano de Formação

De acordo com a legislação do trabalho, os trabalhadores do GEOTA deverão beneficiar de um período anual de formação profissional de 40h, onde se incluirá a sua participação em ações de formação formal ou informal, certificadas ou não, organizadas pelo GEOTA ou por outras entidades, com aprovação do órgão executivo.

Comissão Executiva

Parcerias:

ONGA com protocolo, Academia, Câmaras Municipais e outras entidades

A um nível mais alargado, envolvendo ou não parcerias, nas diversas áreas de trabalho do GEOTA, irão ser desenvolvidos planos de ação de formação e será feita a respetiva promoção para potenciais interessados, associados ou público em geral.

Sede (obras e manutenção)

Manutenção em condições de funcionamento das atuais instalações, nomeadamente, reparação de algumas paredes afetadas por infiltrações e humidades e arranjo da disposição das salas e equipamentos na sede do GEOTA e no edifício do CEEPT.

Comissão Executiva

Condomínio

Representação e seguimento dos assuntos do condomínio onde se situa a sede do GEOTA.

Comissão Executiva

Orçamento 2023

Despesas (euros)		
SNC	Descritivo	Ano 2023
621	Subcontratos	979 242
6221	Trabalhos especializados	668 962
6222	Publicidade e propaganda	1 135
6223	Vigilância e segurança	278
6224	Honorários	13 000
6225	Comissões	0
6226	Conservação e reparação	7 800
6228	Outros serv. especializados	520
6231	Ferramentas e utensílios	705
6232	Livros e documentação técnica	122
6233	Material de escritório	6 073
6234	Artigos para oferta	2 500
6238	Outros materiais	189 831
6241	Electricidade	1 874
6242	Combustíveis	180
6243	Água	463
6248	Outros fluidos	70
6251	Deslocações e estadas	41 180
6252	Transportes de pessoal	750
6253	Transportes de mercadorias	250
6258	Outras deslocações	500
6261	Rendas e alugueres	12 094
6262	Comunicação	1 457
6263	Seguros	1 010
6264	Royalties	0
6265	Contencioso e notariado	23 000
6266	Despesas de representação	2 500
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 348
6268	Outros serviços	1 640
63	Gastos com o pessoal	190 257
1101	Sede	100
1102	Alisboa	0
1201	CEEPT	22 644
1401	CW	13 015
1301	Representações nacionais	100
1302	Rep Internacionais	0
1412	OMES	0
14253	Reconnecting Iberian Rivers	0
143xx	ROLLIN' RIVERS	100 828
1417	órgãos	0
1419	Renature/R.Seixe	51 920
1421	Sustenturis	0
1426	EPAL	1 650
1501	Ativ Ger	0
64	Gastos de depreciação	9 035
65	Perdas por imparidade	0
66	Perdas redução justo valor	0
67	Provisões do período	0
68	Outros gastos e perdas	10 883
69	Gastos de financiamento	0
6	Total de gastos	1 189 416

Receitas (euros)		
SNC	Descritivo	Ano 2023
71	Vendas	2 650
72	Prestações de serviços	11 600
73	Variações invent. produção	0
74	Trabalhos p/própria entidade	0
75	Subsídios à exploração	57 500
	IPDJ	0
	CM e outros entes públicos	55 000
	CCDR Algarve	2 500
	Fundo Ambiental	0
76	Reversões	0
77	Ganhos aumentos justo valor	0
78	Outros rendimentos	1 181 669
	Entidades privadas	200
	MAVA (RIR)	78 000
	DIMFE	203 703
	Ryanair	250 000
	One Tree Planted	637 141
	EEB	0
	CIDN	0
	FBTaipei	5 000
	EPAL	7 000
	Donativos	350
	Quotas	0
	Outros	275
79	Juros, div. e rend. similares	0
7	Total de rendimentos	1 253 419
	Transporte de 2022	
811	Resultado antes de impostos	64 003

Nota:

Um orçamento de qualquer organização é baseado nas expetativas, à data da sua elaboração, de receita e despesa consolidadas por centros de custo que se relacionam diretamente com os diversos setores de atividade, pelas linhas de financiamento e fontes de receita e é uma previsão geral da situação financeira bem como um instrumento de gestão da organização.

Baseia-se também num histórico de exercícios financeiros e de tesouraria anteriores.

Como se trata de uma previsão, é natural que ao longo do exercício do ano a que se refere ocorram ajustes devido às alterações do contexto da organização, às receitas e despesas que possam surgir pelas oportunidades que se vão colocar.

Após o fecho e aprovação das contas de 2022 haverá lugar a um novo ajuste com a incorporação dos saldos de gerência desse ano para o orçamento de 2023.

Aprovado a 21/01/2023

**Manuel Lucas
Tesoureiro**